



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**“PRÁTICAS PEDAGÓGICAS APLICADAS AOS
ALUNOS SURDOS DO CAS, DURANTE O
PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM”**

Deuzelina Francisco da Conceição

Palmas, TO, Brasil.

2011

**“PRÁTICAS PEDAGÓGICAS APLICADAS AOS
ALUNOS SURDOS DO CAS, DURANTE O
PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM”**

por

DEUZELINA FRANCISCO DA CONCEIÇÃO

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação Especial.

Orientadora: Professora Ângela Nediane dos Santos

**Palmas, TO, Brasil
2011**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação - Especialização em Educação Especial:
Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização.

**“PRÁTICAS PEDAGÓGICAS APLICADAS AOS
ALUNOS SURDOS DO CAS, DURANTE O
PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM”**

Elaborado por

DEUZELINA FRANCISCO DA CONCEIÇÃO,

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Presidente\Orientadora: Ângela Nediane dos Santos

Vanise de Melo Casarin

Zuleica Viçosa Bonetti

Dedicado à minha família que, com sabedoria e paciência, soube compreender a minha ausência durante as horas em que me concentrei na elaboração deste.

Aos meus alunos “Especiais” que são a razão maior desta jornada. Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho se realizasse.

Agradeço a Deus pelo dom da vida, não só da minha, mas dos meus familiares e de todos os seres vivos. DEUS que é o meu guia, o meu salvador, o meu refúgio e a minha fortaleza. Ele é a fonte da minha existência. É ele quem me sustenta e me dá forças para lutar.

RESUMO

Artigo de Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria

“PRATICAS PEDAGÓGICAS APLICADAS AOS ALUNOS SURDOS DO CAS, DURANTE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM”

AUTORA: DEUZELINA FRANCISCO DA CONCEIÇÃO
ORIENTADORA: PROFESSORA ÂNGELA NEDIANE DOS SANTOS

Este artigo, cujo tema está voltado para as práticas pedagógicas aplicadas no processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos, tem por objetivo revelar as experiências inovadoras desenvolvidas no CAS – Centro de Atendimento aos Surdos. O presente chama a atenção para o papel do professor que consiste em possibilitar a conscientização e a aceitação das diferenças individuais, promovendo, assim, a aprendizagem por meio da cooperação e da inclusão social. Todo o processo investigativo realizou-se nas dependências do CAS, onde os alunos surdos recebem diariamente um acompanhamento pedagógico especializado em diversas áreas. Para a realização da presente pesquisa, contou-se com a colaboração de três professores da instituição. As pesquisas realizadas até então evidenciaram que é preciso um envolvimento de todos que atendem aos alunos com necessidades educacionais especiais, ou seja, é necessário que professores, pais e alunos compactuem de um só entendimento a respeito desse assunto. O artigo defende a educação bilíngüe para surdos, um processo que deve ser ministrado na escola e em casa, assegurando assim, o sucesso dessa metodologia inovadora. A Educação Especial, na perspectiva de educação inclusiva, preconiza o ensino de LIBRAS como primeira língua, deixando o português em segundo plano. Nesse contexto, depreende-se que a escola inclusiva deve se adaptar a diversos contextos para que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem. Nota-se, ainda, que para que o ensino bilíngüe atinja um resultado satisfatório é necessário que os professores fluentes em LIBRAS, de preferência os surdos, promovam atividades pedagógicas que cativem a atenção e despertem o interesse dos alunos, seja por meio de palestras, seminários e oficinas, fazendo uso dos inúmeros recursos didáticos direcionados à Educação dos surdos.

Palavras-chave: LIBRAS; Educação Bilíngüe; Inclusão.

ABSTRACT

Artigo de Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria

“PEDAGOGICAL PRACTICES APPLIED TO DEAF STUDENTS CAS DURING THE PROCESS OF TEACHING AND LEARNING”

AUTORA: DEUZELINA FRANCISCO DA CONCEIÇÃO
ORIENTADORA: PROFESSORA ÂNGELA NEDIANE DOS SANTOS

This article, whose theme is focused on the pedagogical practices applied in the teaching and learning of deaf students, aims to reveal the innovative experiences developed in the CAS - Service Centre for the Deaf. This draws attention to the role of the teacher who is facilitating public awareness and acceptance of individual differences, thus promoting learning through cooperation and inclusion. The entire investigative process was held in the premises of the CAS, where the deaf students receive daily educational follow a specialist in several areas. For the realization of this research was counted with the collaboration of three professors. The research conducted so far showed that it takes the involvement of all who serve students with special educational needs, that is, it is necessary that teachers, parents and students only condones an understanding on this matter. The article argues that bilingual education for the deaf, a process that should be taught in school and at home, thus ensuring the success of this innovative methodology. Special education in the perspective of inclusive education, advocating the teaching of LBS as a first language, leaving the Portuguese in the background. In this context, it appears that the inclusive school must adapt to different contexts so that all students have equal learning opportunities. Note, also, that for the bilingual education to achieve a satisfactory outcome is necessary for teachers fluent in LIBRAS, preferably the deaf, promote educational activities that will capture the attention and arouse students interest, either through lectures, seminars and workshops, making use of numerous educational resources related to Education of the deaf

Keywords: LIBRAS, Bilingual Education, Inclusion.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO-----	08
2. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO -----	10
2.1 DESCRIÇÕES DOS DADOS COLETADOS-----	13
2.2 INFORMAÇÕES INERENTES AOS PROFISSIONAIS DO CAS----	15
3. PERFIL DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS -----	17
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	21
5. REFERÊNCIAS -----	22
6. ANEXO I – QUESTIONÁRIO -----	24

1. APRESENTAÇÃO.

O Ensino Especial converge para novas práticas, em que a maneira de pensar do indivíduo moderno é influenciada pelo descobrir, criar e refletir, em que as certezas se transformam em interrogações.

A educação de crianças e jovens com surdez é um desafio para os professores do Ensino Especial, pois implica em significativas mudanças no desenvolvimento dos alunos com deficiência auditiva. Tanto os professores, como as famílias destes alunos, podem ajudá-los a participarem das atividades normais da vida diária e aproveitarem completamente a vida na comunidade. Para tanto, precisam constantemente estar atentos para responder às suas necessidades únicas.

A motivação para a presente pesquisa surgiu quando tivemos os primeiros contatos com alunos surdos e percebemos a vulnerabilidade do sistema de ensino que não consegue atender essa parcela significativa de alunos na rede regular de ensino em Palmas. A única instituição que de fato atende às necessidades dos alunos surdos em Palmas é o Centro de Atendimento aos Surdos (CAS). Por isso, a pretensão desta pesquisa é revelar algumas práticas pedagógicas desenvolvidas no CAS – Centro de Atendimento aos Surdos, junto aos alunos surdos. Para tanto, utilizou-se como base algumas idéias a respeito do conceito de surdez definido por alguns autores como Salles (2007), Sassaki (1999), Mozotta (1999) entre outros, arrolados na bibliografia deste trabalho.

Desta forma, percebe-se que a instituição está sendo solicitada a contribuir para a formação de um indivíduo com várias competências, ajudando-o a compreender a sua realidade e a refletir sobre ela. Nesse sentido, vale lembrar que o papel do professor consiste em agenciar a conexão dos grupos, possibilitar a conscientização e a aceitação das diferenças individuais, contribuir para a valorização de cada pessoa e sua convivência dentro da diversidade humana, promovendo, assim, a aprendizagem por meio da cooperação e da inclusão social.

Na concepção de Salles (2007), um dos princípios norteadores da Educação Especial, na perspectiva de educação inclusiva, é a concepção de uma escola inclusiva, que garanta o atendimento às diferenças humanas e chama a atenção para o fato de ser um direito garantido pela legislação vigente, como atestam as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Os Sistemas de Ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais (Resolução CNE/CEB, nº 02/2001, Artigo 2º).

Apesar dessa resolução do Conselho Nacional de Educação, nem todas as escolas estão preparadas para receber o aluno surdo, o que ressalta a relevância da presente pesquisa em uma instituição que atende essas demandas. De acordo com a nova política de Educação, na perspectiva da Educação Inclusiva, a qual revela que todos podem aprender, basta que, para isso, lhes sejam dadas condições apropriadas, é necessário criar mecanismos para que a aprendizagem ocorra num ambiente cada vez menos restritivo e comprometido com a transformação escolar e social.

A partir deste contexto, Sasaki (1999) define o termo inclusão social da seguinte forma:

A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente, tendo em vista a equiparação de oportunidades e conseqüentemente, uma sociedade para todos. A inclusão (na sociedade, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde, na escola, etc.) Significa que a sociedade deve adaptar-se as necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida (p.167).

Desde que o termo inclusão surgiu no meio social e escolar, o mesmo tem sido associado à inovação educacional, de forma que implica no processo de formação de professores e na elaboração de uma proposta de ensino que atenda as exigências da sociedade. Nessa perspectiva, observa-se que não há espaço para preconceitos e/ou discriminações entre indivíduos, mas sim, para a interação de todos com o mundo. Nota-se, ainda, que a inclusão social, quando visualizada na prática, estimula o processo de auto-estima da pessoa com deficiência auditiva.

Vale lembrar que a educação de alunos surdos deve ter como objetivo a prática reflexiva sobre o mundo, fornecendo-lhes meios para que possam pensar sobre esse mundo. No entanto, a educação nem sempre se certifica de que a iniciação e as oportunidades de escolher são tidas como uma preocupação essencial no desenvolvimento dos programas para estes alunos.

É importante observar que a educação está cada vez mais voltada para a capacidade do indivíduo em fazer escolhas e para a quebra de mecanismos de alienação social, que o impedem de optar pelo que é melhor para si e para o grupo

onde vive. Dessa forma, percebe-se que os surdos já não vivem mais à mercê da própria sorte, sentindo-se excluídos em relação aos demais. Pelo contrário, hoje eles já se apropriaram dos seus direitos e estão constantemente em busca de um crescimento intelectual que os coloquem em pé de igualdade com as pessoas consideradas “normais”.

Nesse sentido, com a colaboração de três professores do CAS, através de contatos informais em visitas à instituição e questionário previamente elaborado que consta em anexo, pudemos construir nossa pesquisa e direcionar nosso foco às práticas pedagógicas adotadas na instituição.

A temática “educação de surdos” tem tomado grande relevância no cenário nacional, especialmente a partir da Lei de LIBRAS (Lei nº 10.436/02) e do Decreto nº 5.626/05, que regulamenta esta Lei. Assim, destacamos a relevância e originalidade do tema, especialmente em Palmas, onde praticamente não existem pesquisas, considerando a atualidade do tema. Dessa forma, justificamos a importância da presente pesquisa sobre as práticas pedagógicas do CAS, como centro de referência na educação de surdos na cidade de Palmas, bem como no Estado do Tocantins.

2. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO.

Todo o processo investigativo realizou-se nas dependências do CAS -Centro de Atendimento ao Surdo de Palmas, Tocantins, - onde os alunos surdos recebem diariamente um acompanhamento pedagógico especializado em diversas áreas. Para justificar esta pesquisa, foi feito anteriormente um estudo bibliográfico a respeito da surdez, pois sem um embasamento teórico seria impossível fazer trabalho satisfatório.

Após a revisão bibliográfica sobre o referido assunto, iniciou-se então a fase da observação com o objetivo de verificar as práticas pedagógicas aplicadas aos alunos surdos durante o processo de ensino e aprendizagem nesta instituição. Para tal, foi elaborado um questionário que segue em anexo, aplicado a três professores da instituição, além de visitas ao Centro de Atendimento ao Surdo para fins de observação e análise.

Consideramos esta fase fundamental para a realização da presente pesquisa, uma vez que possibilitou a observância dos métodos de trabalho dos profissionais que atuam na educação de surdos, na perspectiva da educação especial, do ambiente em questão, os meios utilizados por eles para atender os alunos surdos, a aquisição de recursos e os materiais específicos para a realização de um trabalho voltado para o desenvolvimento de habilidades inerentes aos surdos. Vale ressaltar que tudo que conduz esse espaço contribui para o bom andamento do atendimento efetivo aos seus usuários, a saber, os próprios alunos surdos. No entanto, é possível perceber que algumas melhorias precisam ser viabilizadas no tocante não só ao ambiente físico, como também no que diz respeito aos recursos disponibilizados para as atividades educativas.

Stobäus e Mosquera (2004, p. 29) asseveram que “as propostas educacionais que dão conta de uma concepção inclusivista de ensino refletem o que é próprio do meio físico, social, cultural em que a escola se localiza e são elaborados a partir de um estudo das características desse meio”. Assim, a sustentação de um projeto escolar que atenda às necessidades dos alunos surdos implica em mudanças nas propostas educacionais, dependem de uma organização curricular idealizada e executada em conjunto por todos os atores do processo educativo: professores, direção, alunos, família e da comunidade como um todo.

Nesse sentido, o CAS, em seu projeto educacional, efetiva o que Skliar (1998, p. 27) aponta quando defende o bilingüismo como ponto de partida e, quiçá, um ponto de chegada e que “por a língua de sinais ao alcance de todos os surdos deve ser o princípio de uma política linguística, a partir da qual se pode sustentar um projeto educacional mais amplo”.

O CAS - Centro de Atendimento ao Surdo está situado na Quadra 208 Norte, Avenida LO 04, no centro de Palmas. Lá, os alunos, além de receberem atendimento pedagógico especializado, contam também com profissionais da educação capacitados para atuar com pessoas surdas, promovendo, assim, uma suplementação didática pedagógica de forma imediata que garante o acesso à inclusão, à participação e à permanência do aluno com deficiência auditiva na vida sócio-educacional. No que se refere ao suporte pedagógico, o Centro, além de amparar os alunos surdos, subsidia um acervo de materiais e equipamentos específicos necessários aos professores para que ocorra o processo de ensino e

aprendizagem do educando surdo. Materiais estes que ficam à disposição de toda a comunidade interessada no sucesso dessa prática educativa.

Neste mesmo local é oferecido ainda um suporte técnico à produção de vídeos didáticos, em língua de sinais, por meio de inserção de “janelas” para a interpretação em libras, por meio de legenda, tornando o conhecimento acessível aos surdos. Além disso, as atividades desenvolvidas pelos docentes do CAS favorecem a convivência, a troca de experiências, a realização de pesquisas e o desenvolvimento de atividades culturais e lúdicas, integrando pessoas surdas e ouvintes.

O CAS disponibiliza, também, o curso de capacitação em Língua Brasileira de Sinais para profissionais da educação que atuam não só na rede estadual e municipal de ensino, como também na rede privada. Oferece, ainda, cursos de capacitação para Instrutores da Língua Brasileira de Sinais, visando à formação e a capacitação de novos profissionais, propondo, desta forma uma melhor integração entre os surdos e a comunidade.

Dentre as inúmeras modalidades de ensino, o CAS oportuniza também o curso de Língua Portuguesa como segunda língua para os surdos, capacitando, assim, os docentes e os surdos em língua portuguesa. Para tanto, oferece curso de alfabetização e letramento de crianças surdas para capacitar docentes a alfabetizar jovens com surdez e curso de formação de intérprete de Língua Brasileira de Sinais, que por sua vez tem o objetivo de capacitar profissionais e intérpretes atuantes no processo educacional dos surdos em suas diversas modalidades.

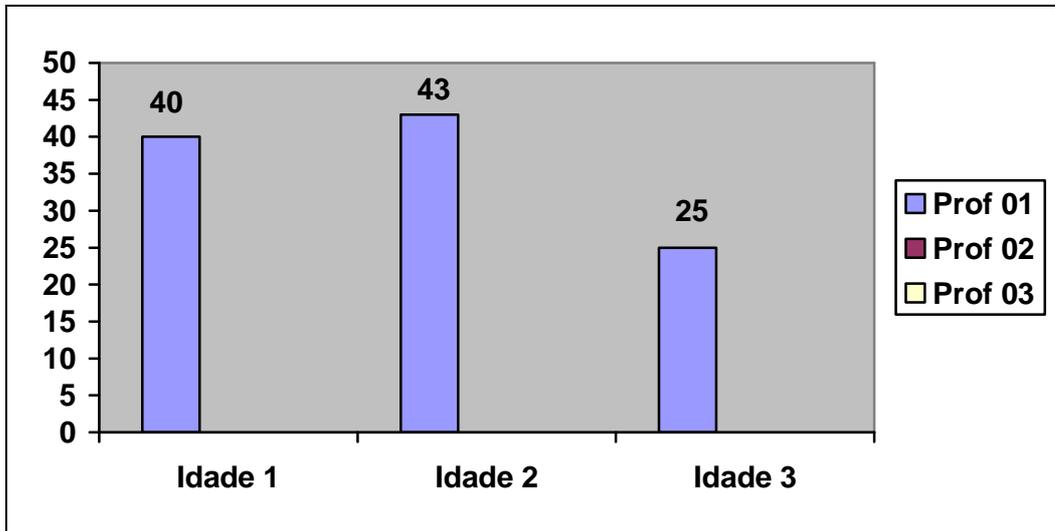
2.1 – Descrição dos dados coletados.

De acordo com o que foi pesquisado através das visitas e do questionário proposto, foi possível verificar que o CAS mantém a seguinte equipe: 01 (um) diretor administrativo, 01 (um) coordenador, 01 (uma) secretária, 02 (dois) assistentes sociais e 03 (três) professores – ouvintes – e 02 (dois) instrutores de Libras – surdos.

Para que aja um melhor entendimento sobre a distribuição da equipe pedagógica, seguem alguns gráficos que possibilitarão uma real visualização do que ocorre na prática.

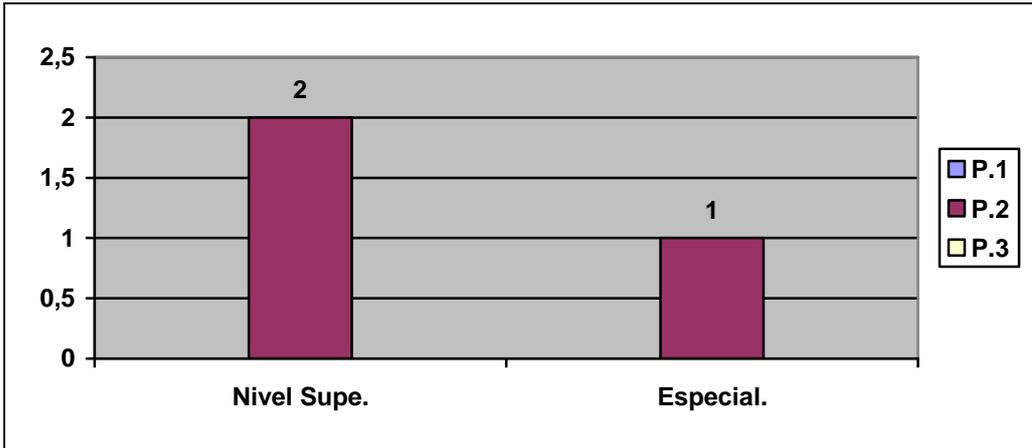
I- Gráfico Médio de Idade dos Professores:

A primeira pergunta do questionário informava a idade dos professores entrevistados e se apresentou o seguinte:



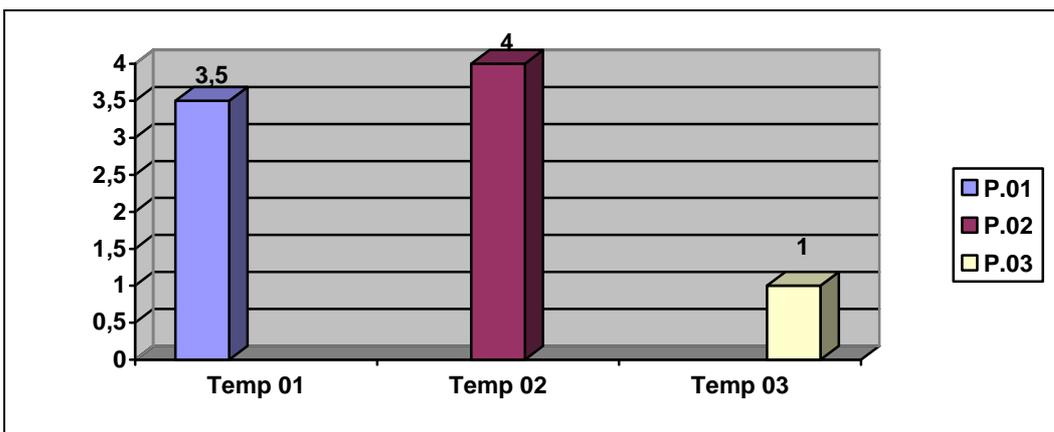
Observa-se que a maior parte dos professores tem mais de 40 anos de idade e alguma trajetória significativa já no campo da educação, dois com mais de quinze anos de atuação em educação (o tempo de trabalho no CAS será analisado posteriormente). Todos eles afirmaram, por meio do questionário em anexo que foi aplicado, que se consideram aptos a trabalhar com alunos surdos e que estão preparados para dar-lhes o suporte necessário que possibilita a sua inserção na sociedade.

II -Gráfico – Grau de Escolaridade dos Professores:



Conforme o gráfico indica, observa-se que todos os professores que trabalham com a Educação Especial, embora sejam ouvintes, possuem o conhecimento necessário para atuar na Educação dos alunos surdos, pois suas formações atestam que eles podem tratar desse assunto com bastante propriedade e segurança, haja vista que dois professores são formados em Pedagogia e um em Letras. Ainda, um deles conta com especialização em Educação Especial. Todos eles com vasta experiência no campo de atuação.

III- Gráfico - Tempo de Serviço dos Professores:



O tempo de serviço dos professores do CAS é distribuído da seguinte forma: um trabalha no local há quatro anos, outro há três anos e meio e outro há um ano.

2.2 – Informações inerentes aos profissionais do CAS:

Quando foram interrogados a respeito da idade média dos alunos atendidos no CAS, as respostas divergiram entre si. Um respondeu entre 05 a 30 anos. Outro respondeu entre 10 a 20 anos. E o terceiro respondeu entre 06 e 10 anos. No entanto, constata-se pelas respostas obtidas que a idade depende da necessidade de cada aluno.

Com relação a outras funções desempenhadas por eles, dois afirmaram que, além de lecionar, montam projetos, acompanham as formações continuadas, organizam e elaboram documentos e atuam como intérpretes. O terceiro respondeu que sempre que solicitado, ajuda na parte técnica.

Ao perguntar sobre o motivo de trabalhar no CAS, os professores responderam que além de gostar da profissão, a área da surdez é muito instigante e está em constante expansão no Brasil. No entanto, eles relataram que foram convidados a atuar nesta área por possuírem uma vasta experiência no trabalho com surdos em salas de recursos.

Ao serem questionados sobre qual é a maior dificuldade encontrada pelos professores para realizarem seu trabalho no CAS, eles emitiram as seguintes respostas: Uma respondeu falta de material didático para o aluno e professor e infrequência dos alunos. Outras duas responderam sobre a falta de material didático e a questão lingüística, afirmando que a maioria dos surdos desconhece a língua portuguesa. Acreditam que se tivessem livros didáticos específicos, jogos pedagógicos e livros literários em língua de sinais, ajudaria bastante no processo ensino e aprendizagem.

No tocante ao espaço físico disponibilizado para a educação dos surdos, duas responderam afirmativamente que o CAS tem espaço físico adequado para receber e trabalhar com alunos surdos, porém com ressalvas que algumas adequações deveriam ser feitas. No entanto, uma foi contundente na negativa, pois o número de salas é insuficiente para separar os alunos por série. Além disso, ressaltou que é preciso organizar melhor o espaço de convivência para que os surdos possam conversar sobre assuntos diversos, melhorando, assim, o intercâmbio comunicativo.

O ponto crucial do questionário foi com relação às práticas pedagógicas desenvolvidas com os alunos surdos no CAS para saber se tais práticas produzem mudanças significativas no desenvolvimento desses alunos.

Para eles, o ensino de língua de sinais como primeira língua dos surdos e a língua portuguesa como segunda língua é essencial para a aprendizagem dos alunos surdos. O ensino especializado com atividades propostas usando o dia-a-dia dos alunos, ou seja, com atividades voltadas para o cotidiano dos mesmos complementa de forma eficaz essa aprendizagem. Além disso, afirmaram que o ensino da Libras para os alunos surdos deve ser direcionado por professores surdos. Destacaram que no coral eles têm uma integração melhor e desenvolvem mais habilidades. Mas o que faz toda a diferença é o fato dos professores utilizarem Libras nas aulas de língua portuguesa, além de alfabeto digital, produção textual contextualizada e gravuras para uma melhor compreensão dos alunos com surdez. Acreditam que isso é um sinal de respeito com a língua de sinais, pois nenhum conteúdo pode ser ministrado na Língua Portuguesa sem antes contextualizá-lo com a LIBRAS.

Essa visão dos professores sobre a importância da Língua de Sinais torna-se relevante quando observamos o que Dizeu e Caporali (2006) apontam:

Vivemos em uma sociedade na qual a língua oral é imperativa, e por consequência caberá a todos que fazem parte dela se adequarem aos seus meios de comunicação, independentemente de suas possibilidades. Qualquer outra forma de comunicação, como ocorre com a língua de sinais, é considerada inferior e impossível de ser comparada com as línguas orais. Muitos profissionais que trabalham com surdos têm uma visão sobre a língua de sinais como uma forma de comunicação, não atribuindo a ela o status de língua e considerando-a apenas uma alternativa para os surdos que não conseguiram desenvolver a língua oral. Segundo Skliar (1997), o oralismo é considerado pelos estudiosos uma imposição social de uma maioria lingüística sobre uma minoria lingüística. Como consequência do predomínio dessa visão oralista sobre a língua de sinais e sobre a surdez, o surdo acaba não participando do processo de integração social. Embora a premissa mais forte que sustenta o oralismo seja a integração do surdo na comunidade ouvinte, ela não consegue ser alcançada na prática, pelo menos pela grande maioria de surdos. Isso acaba refletindo, principalmente, no desenvolvimento de sua linguagem, sendo então o surdo silenciado pelo ouvinte, por muitas vezes não ser compreendido. (DIZEU & CAPORALI, 2006, p 2,3).

Trataremos em seguida sobre a educação dos surdos em termos gerais e mais especificamente sobre a importância da Língua de Sinais, evidenciada pelos professores entrevistados.

3. PERFIL DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Ao longo dos anos, o ambiente que permeia a educação e a própria história dos surdos foi marcado por preconceito, apatia e negligência por parte de determinada parcela da população em relação aos surdos. Se analisarmos no que tange à educação ou nas esferas governamentais, podemos perceber conseqüências ainda mais graves e os resultados ainda piores e excludentes, pois a discriminação fazia com que as pessoas que nasciam surdas se sentissem incapazes de desenvolver as mesmas habilidades que as consideradas “normais”. Nem ao menos as crianças surdas, cuja condição financeira era mais favorável, podiam aprender a língua de sinais, pois a coibição era muito grande, restando-lhes apenas o isolamento em seu reduto interior. Levou muito tempo para que a educação enquanto direito consolidado fosse efetivado aos surdos.

O primeiro sistema imposto aos alunos surdos foi o método oralista que perdurou por muitos anos na educação dos surdos. De acordo com Brito (1993, p. 27) “ênfatizava-se o aprendizado da língua oral com o objetivo de aproximar o surdo, o máximo possível, do modelo ouvinte, a fim de integrá-lo socialmente, sendo a língua vista muito mais como objetivo do que como instrumento do aprendizado global e da comunicação”.

Para o oralismo, a fala tem por objetivo promover a adequação do indivíduo surdo ao meio de comunicação da sociedade ouvinte, falante – língua oral.

O fracasso do método oralista e o surgimento de pesquisas referentes à Língua de Sinais deram início ao método conhecido como comunicação total, na década de 1970. Para essa corrente, o objetivo deveria ser “usar sinais, leitura labial, amplificação e alfabeto digital para fornecer *input* linguístico para estudantes surdos, para que eles pudessem se expressar nas modalidades preferidas (STEWART, 1993, p. 118).

Silva (2008, p. 23) assevera que a meta da comunicação total não se restringe à oralização, no entanto, indica a mesma como uma das áreas a ser trabalhada com o objetivo de facilitar a integração social do surdo. Embora haja diferentes formas de trabalhar as relações entre sinais e fala, para Stewart (1993, p. 118) “a comunicação total é frequentemente mal interpretada como significando a apresentação simultânea da língua oral em sinais e fala e não a seleção consciente

das modalidades baseadas nas necessidades comunicativas e educacionais dos estudantes”.

Apesar dos avanços, este método também não alcançou objetivos plenos. Silva (2008, p. 25) destaca que

A grande maioria dos surdos não alcançou a autonomia na produção da linguagem, da mesma forma como também não atingiu níveis acadêmicos compatíveis com a sua faixa etária. Embora a comunicação total tenha viabilizado ao surdo o acesso aos sinais, até então proibido pelo oralismo, este acesso não propiciou um efetivo aprendizado da língua de sinais, mas sim, um apoio à língua oral.

Pesquisas baseadas nos resultados da prática pedagógica voltada para a comunicação total apontaram para o surgimento de alternativas educacionais direcionadas para uma educação bilíngue (SILVA, 2008, p. 25).

Esse modelo (bilinguismo) reconhece que os surdos estão em contato com as duas línguas – língua oral e língua de sinais. Isso implica reconhecer, também, a língua de sinais como língua natural dos surdos como língua espaço-visual.

Silva (2008, p. 25) destaca que

A educação bilíngue se afasta tanto dos pressupostos do oralismo, quanto dos da comunicação total. Ao considerar o canal espaço-visual como fator preponderante para a aquisição da linguagem, no caso da pessoa surda, essa abordagem descarta o oralismo. Por outro lado, defende o espaço da língua de sinais, advogando que cada uma das línguas seja apresentada e trabalhada sem simultaneidade. Sob esta ótica, a proposta é que se ensinem as duas línguas, começando pela de sinais e, passando a seguir, para a língua falada pela comunidade ouvinte.

No Brasil, experiências com educação bilíngue ainda se encontram restritas a centros específicos, como é o caso da instituição referência desta pesquisa – o CAS.

O reconhecimento da LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais – como língua oficial no Brasil, através da Lei nº 10.436 de 2002 e regulamentada no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, desencadeou uma série de ações com o intuito de promover a inclusão social, enquanto política lingüística, reconhecendo a LIBRAS como língua dos surdos brasileiros (QUADROS e PATERNO, 2006, p. 19).

A educação dos surdos, em toda sua trajetória histórica, foi pautada pelo conflito entre a língua de sinais e a língua oral. De acordo com Quadros e Paterno (2006, p. 20),

O conflito entre a LIBRAS e o Português na educação dos surdos [brasileiros] é reflexo das políticas lingüísticas do Brasil. Este é um país plurilíngüe onde há muitas línguas indígenas, línguas de imigrantes e duas línguas de sinais registradas¹. Entretanto, a política lingüística brasileira ainda é pautada na crença de que o país seja monolíngüe, favorecendo a língua portuguesa em detrimento das tantas outras línguas existentes no nosso país.

Assim, a efetividade da educação dos surdos não depende exclusivamente de escolher entre uma ou outra língua a ser trabalhada no ambiente escolar. Mas, sobretudo, permitir a existência concomitante das duas línguas, reconhecendo-as de fato em um ambiente constante de negociação (QUADROS e PATERNO, 2006, p. 21).

Os espaços políticos que cada língua representa para uns e para outros [surdos e ouvintes] não são os mesmos. Os surdos querem ter a LIBRAS como a sua língua de instrução, sua língua para se comunicar com o mundo, compreender e interagir. Querem aprender o português, para que possam ter acesso aos documentos oficiais que são feitos nesta língua (leis, recibos, documentos) e exercer sua cidadania; para ter acesso a informações, à literatura e aos conhecimentos científicos. Alguns, inclusive, querem aprender outras línguas. Tudo isto sem deixar de lado a sua primeira língua, a qual utilizam para significar o mundo. (QUADROS e PATERNO, 2006, p. 22).

Desde os primeiros meses de vida as crianças se comunicam por meio de expressões corporais, visto que ainda não adquiriram o poder da fala. Por essa circunstância elas passam a fazer uso de expressões corporais que lhes possibilitam um entendimento daquilo que desejam por meio de gestos. Com o passar do tempo elas aprendem a memorizar as palavras por meio dos sons que outros emitem através da fala. Portanto, é por intermédio da audição que elas começam a estabelecer relações entre o significado e o significante.

Já a criança surda, só não encontrará muitas dificuldades de comunicação se os seus progenitores também forem surdos, especialmente se eles souberem a Língua Brasileira de Sinais. Por isso, aprender uma segunda língua é a possibilidade de se ampliar a comunicação, estabelecendo a correta relação entre o significante e o significado. Essa co-relação é bastante visível quando se pratica o estudo da interlíngua, ou seja, da LIBRAS como primeira língua e do português como segunda. Isso é o chamado bilingüismo.

¹ A LIBRAS utilizada nos centros urbanos brasileiros e a Língua de Sinais Urubu-Kaapor, desenvolvida na comunidade indígena Urubu-Kaapor no Maranhão (veja o site do Summer Institute of Linguistics <http://www.sil.org/americas/brasil/PUBLICNS/LING/UKSgnL.pdf>). (QUADROS e PATERNO, 2006, p. 20)

[...] bilingüismo dos surdos pressupõe o acesso pleno à língua de sinais como primeira língua, representando o elemento fundador de sua subjetividade, identidade na constituição de sentidos sobre o mundo e no acesso ao conhecimento (Fernandes, 2006).

Dentre as infinitas metodologias que o professor pode utilizar para tornar a prática do ensino para os surdos mais prazerosa e eficaz pode-se destacar a prática de palestras e/ou oficinas ministradas por professores surdos, pois isso irá ajudá-los a desenvolver melhor suas potencialidades. Isso ocorre porque eles se deparam com um exemplo de sucesso vivenciado por alguém do seu mundo. Por isso o investimento em palestras e/ou seminários, bem como as aulas ministradas por pessoas surdas é de grande valia para a aprendizagem do aluno surdo.

Para que o professor possa realizar seu trabalho de forma comprometida e eficiente, com responsabilidade e competência, é fundamental que haja ampla discussão envolvendo todos os setores da instituição de ensino sobre todas as decisões a serem adotadas. Além dos objetivos gerais para toda a escola, é imprescindível que sejam traçados objetivos educacionais e que estes sejam pensados considerando as especificidades dos alunos surdos, reconhecendo em uma dimensão política a surdez enquanto diferença.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este estudo investigativo foi de grande valia para o aprimoramento da nossa prática educativa, pois possibilitou uma ampla visão do processo de ensino e aprendizagem, de forma especial, o processo de educação do aluno surdo.

Nessa perspectiva, depreendeu-se que a escola deve se adaptar a diversos contextos para que todos os alunos, surdos ou não, tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem. Faz-se necessário não só incluir e respeitar, mas também aceitar a individualidade e as diferenças de cada um, para então aprender com elas. Observa-se, no entanto, que aceitar e respeitar não são suficientes, é preciso antes de tudo criar condições para que a educação seja efetivada como um direito de todos e para todos.

Notou-se, ainda, que para que o ensino bilíngüe atinja um resultado satisfatório, são necessárias inúmeras mudanças no cenário educacional para

surdos. Mudanças estas que só serão possíveis a partir do momento que os professores fluentes em LIBRAS promoverem um ensino mais eficiente aos alunos, fazendo uso de métodos visuais, de textos que ofereçam gravuras, de filmes legendados, de dramatizações em língua de sinais e até mesmo de debates em sala de aula, onde os alunos poderão descobrir coisas novas e reinventar suas histórias.

De acordo com Quadros (1997) a educação bilíngue deve ter a responsabilidade e a competência de se adequar com coerência frente ao surdo e suas especificidades. Para a autora, ainda, algumas estratégias são fundamentais, como:

- a) a contratação de profissionais surdos no quadro funcional da escola; b) programas de ensino de língua de sinais para os alunos, pais e profissionais integrantes da escola; c) reuniões sistemáticas com a presença de pessoas surdas para discutir concepções individuais e sociais de deficiência, de surdez, de língua de sinais, de comunidade surda; d) cursos na área da lingüística, especialmente para os professores de línguas; e) cursos para a formação dos professores na área pedagógica; f) programas diferenciados para alunos que já freqüentam a escola há muitos anos e para alunos novos que chegam à escola no período de implementação da proposta e g) programas especiais para o atendimento de pais e aluno (p. 41).

O primeiro passo já foi dado: a LIBRAS não é somente uma junção de sinais, mas sim, uma língua própria da comunidade surda, assim como o português se caracteriza como o meio de comunicação entre brasileiros ouvintes. A Lei e o Decreto de Libras vem referendar e regulamentar isso.

Ainda, através da instituição analisada, pudemos perceber que, apesar das dificuldades e limitações que muitas vezes se apresenta, o CAS – Centro de Atendimento ao Surdo – é referência na educação de surdos na cidade de Palmas. Assim, o CAS conta com uma estrutura adequada e satisfatória e um conjunto de profissionais competentes e comprometidos com a efetivação da educação como direito aos alunos surdos, efetivando o ensino bilíngue a estes alunos.

De uma forma geral, é preciso, ainda, que a sociedade como um todo cresça na sensibilidade à diferença. Nesse sentido, não se trata apenas das deficiências como surdez, cegueira, etc. Mas às diferenças que todos nós carregamos. De modo geral, as instituições de ensino, sejam escolas regulares ou instituições de educação especial, devem estar atentas a tomar atitudes inclusivas, sensíveis às necessidades de cada indivíduo, promovendo igualdade de oportunidades, acesso e

participação e não igualdade de identidade, independente do tão discutido movimento de inclusão educacional.

5. REFERÊNCIAS

BRITO, L. F. **Integração social e educação de surdos**. Rio de Janeiro: Editora Brito, 1993.

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução/CEB nº 02/2001.

DIZEU, L. C. T. de B. & CAPORALI, S. A., **A Língua de Sinais constituindo o surdo como sujeito**. Disponível em: <http://hendrix.sj.cefetsc.edu.br/~nepes/>. Acesso em 04 de março de 2011.

FERNANDES, Sueli. **Educação Bilíngüe para Surdos: desafios: Inclusão**. Curitiba, 2006.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

QUADROS, Ronice M. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice M.; PATERNO, Uéslei. **Políticas linguísticas: o impacto do Decreto 5.626 para os surdos brasileiros**. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/paginas/Revista/espaco25.pdf> P. 19-25. Acesso em 05 Março 2011.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima [et AL]. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Brasília: MEC, SEESP 2007. V. 1, 2ª Edição.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999

SILVA, Angela C da; NEMBRI, Armando G. **Ouvindo o silêncio: surdez, linguagem e educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

SKLIAR, Carlos. **A surdez – um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STEWART, D. A pesquisa sobre o uso de sinais na educação de crianças surdas. In: MOURA, M. C.; LODI, A. C. B.; PEREIRA, M. C. C. (Orgs). **Língua de sinais e educação do surdo**. São Paulo: Tec Art, 1993.

STOBÄUS, Claus D.; MOSQUERA, Juan J. M. **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Centro de Educação Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

ACADEMICA: Deuzelina Francisco da Conceição

Questionário para pesquisa – CAS/PROFESSORES

1) Idade

() 20 A 30 ANOS () 30 A 40 ANOS () MAIS DE 40 ANOS

2) Grau de escolaridade

() ensino médio () ensino superior incompleto

() ensino superior completo () ensino especializado na área de educação Especial

() outros quais: _____

3). Há quanto tempo você trabalha no CAS?

a) () 1 ano b) () 2 anos c) () 3 ou mais anos

4). Qual a média de idade dos alunos atendidos?

a) () entre 06 e 10 anos b) () entre 10 e 20 anos

c) () entre 20 e 30 anos d) () acima de 30 anos

3. Além de lecionar você desempenha outra função? Qual?

5.) Por que você escolheu trabalhar no CAS ?

6). Qual é a maior dificuldade para realizar seu trabalho?

7). Você se sente habilitado para trabalhar com surdos?

a) () sim

b) () não. Justifique?_____

8) O CAS tem espaço físico apropriado para receber e trabalhar com alunos surdos? Justifique sua resposta.

() SIM () NÃO

9.) Breve Relato :

Que práticas pedagógicas são desenvolvidas com alunos surdos no CAS que produzem significativas mudanças no desenvolvimento desses alunos?
